

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer nº 144, de 09 de dezembro de 2019.

Projeto de Lei Complementar nº 02, de 13 de agosto de 2019.

De autoria do Chefe do Poder Executivo, o projeto em epígrafe dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Ubá/MG, de que trata a lei Complementar 099/2008, com o objetivo de orientar as políticas municipais nos aspectos físicos, sociais, econômicos, administrativos e ambientais.

A proposição entrará em pauta, observando os termos regimentais, em Seção Ordinária, recebendo as emendas ou substitutivos.

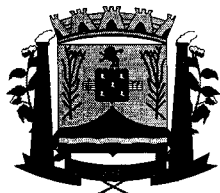
Na sequência do processo legislativo, vem a proposição à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico, e redacional, conforme previsto no artigo 48, do Regimento Interno.

No que concerne a iniciativa para legislar sobre a matéria, a Constituição da República Federativa do Brasil, através da dicção do dispositivo do artigo 182, § 1º e § 2º estabelece que a política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público, conforme enunciado do dispositivo legal abaixo descrito.

***“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.***

***§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.***

***§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”***



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

De igual forma, levando em consideração ao poder constituinte derivado decorrente, a Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu autonomia aos demais entes federados para se organizarem nos seus aspectos político, administrativo, e financeiro por meio de suas próprias Constituições quando se tratar de estados membros, e através da Lei Orgânica quando se tratar de municípios.

Assim sendo, ainda quanto a iniciativa para legislar sobre a matéria, a Lei Orgânica Municipal, através da dicção do artigo 21, III e 195, estabelece que compete ao município tudo quanto diga respeito ao interesse local, senão vejamos:

***“Art. 21 Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:***

***(...)***

***III – elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado;”***

Além disso, os artigos 194, IV e 195, da Lei Orgânica Municipal, estabelecem que:

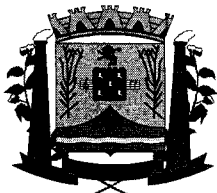
***“Art. 194 O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:***

***(...)***

***II – plano diretor;***

***(...);”***

A proposição foi elaborada com a finalidade de revisar o Plano Diretor do Município de Ubá, de que trata a Lei Complementar nº 099, de 2008, e, encontra-se em consonância com o ordenamento jurídico Pátrio.




# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS


Neste sentido, não há vício de iniciativa na matéria, tendo em vista que, legislar sobre orçamento é competência do Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, e através do atendimento ao princípio da simetria, também da Lei Orgânica Municipal. Portanto, a proposição se adequa as disposições legais inseridas no texto constitucional e na Lei Orgânica Municipal.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 02/2018.

Ubá, 09 de dezembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

  
\_\_\_\_\_  
EDEIR PACHECO DA COSTA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
\_\_\_\_\_  
GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO